Para se ter uma idéia, considerando que, numa conversão grosseira, uma parte de polpa 30-32° Brix corresponda a oito partes do produto *in natura*, então uma importação de 31 mil toneladas de polpa, que foi o total verificado em 1993, representa 248 mil toneladas de tomate rasteiro que deixaram de ser produzidas internamente. Tal quantidade corresponde a mais de 1/4 da produção nacional do ano passado ou a safra inteira do estado de Pernambuco, atualmente o maior produtor.

Em 1993, a produção total de tomate (mesa e industrial) alcançou 2,3 milhões de toneladas, desempenho praticamente equivalente ao de 1991. Desse total, 33% corresponderam ao produto destinado ao esmagamento. A retração do mercado doméstico de derivados e as dificuldades já mencionadas da produção explicam o resultado da safra do tipo industrial, aquém do comportamento histórico e muito inferior ao recorde de 1988.

ELIANA CONDE B. L. VIGLIO

UVA

Prossegue a reconversão

A viticultura brasileira é um dos subsetores da agricultura que maior preocupação demonstrou com o Mercosul. Considerando-se que mais de 80% dos vinhedos gaúchos têm menos de cinco hectares e poucas possibilidades de competição, segundo analistas da área, buscou-se incentivar a substituição da atividade por outras, de frutíferas diversas de clima temperado. Essa idéia foi consubstanciada no Programa de Reestruturação e Desenvolvimento da Vitivinicultura do Rio Grande do Sul (Provitis) assinado em 25 de janeiro de 1993. O Provitis terá duração de um qüinqüênio e será mantido por um fundo constituído por dotações orçamentárias dos governos municipais, estaduais e federal, do setor privado e de órgãos de fomento nacionais e estrangeiros.

Também podem ser destacadas as iniciativas da Companhia Vinícola Aurora, maior empresa da viticultura, que encaminhou seus projetos de diversificação e reconversão ao BNDES e à Inter-American Investiment Corporation. Com eles, a companhia pretende substituir progressivamente a produção do vinho comum pelo suco de uva e acelerar a reconversão (troca por outras frutíferas).

A produção e a área da uva no Brasil pouco se têm alterado nos anos recentes. No qüinqüênio, a menor área colhida foi a de 1990, com 58.663ha, e a maior foi a de 1993, com 60.071ha. A maior produção também se deu em 1990, totalizando 804,8 mil toneladas, e a menor ocorreu em 1991, apenas 648 mil.

Na safra colhida no início deste ano, o inverno colaborou com os agricultores, pois a planta necessita de período superior a 400 horas de frio inferior a 10°C. Além do frio, o ar esteve seco e apenas a precipitação de granizo, em setembro de 1993, em Bento Gonçalves, foi apontada como fator negativo. No que se refere ao mercado, porém, costumam-se considerar negativas as negociações prolongadas em torno da definição do preço de comercialização, que se iniciaram em outubro de 1993. Começaram com a reivindicação de CR$49,00/kg para a uva comum, de 15 graus glucométricos, com a indústria oferecendo CR$40,00/kg (a Conab o definiu em CR$38,50/kg, a partir dos custos de produção). Foi decidido que ficaria em CR$40,00/kg, válido a partir de 1º de janeiro de 1994, com correção quinzenal, pela variação da TR.

Os problemas mais sérios com o clima da safra colhida este ano só se manifestaram justamente durante a colheita gaúcha (responsável por mais de 70% do total do país), quando choveu muito na região da Serra. Isso reduziu o teor de açúcar nas frutas, o que prejudica a vinificação. As uvas de variedades precoces, porém, tiveram bom desenvolvimento e se espera que os vinhos brancos deste ano sejam de boa qualidade. Apenas as viníferas finas tardias apresentaram problemas qualitativos. Em termos de quantidade, calculava-se que a safra colhida até abril se reduzisse em até 15%, mas o resultado final foi bem melhor, com apenas 2% de perdas no Rio Grande do Sul.

No total do país, a produção aumentou 1,7%, de acordo com o IBGE.

Quanto à safra a ser colhida em 1994, a primeira sob a vigência do Mercosul, o clima frio do atual inverno foi favorável. De acordo com informações do Centro Nacional de Pesquisas de Uva e Vinho, da Embrapa, o inverno deste ano esteve dentro da normalidade e apresentou as características necessárias a uma cultura perene de folhas caducas, como é o parreiral. O mês de agosto, porém, foi muito seco, apresentando por vezes temperaturas elevadas. Isso fez com que variedades precoces, em regiões mais quentes da Serra Gaúcha, antecipassem a vegetação (iniciaram a brota), o que vem provocando falta de uniformidade nas lavouras. De qualquer modo, como ainda está-se iniciando o ciclo vegetativo, não é possível definir a repercussão sobre o produto a ser colhido no início de 1995.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

CAFÉ

São Pedro, o grande estrategista

Nos últimos dois séculos, os fenômenos climáticos, com destaque absoluto para as geadas no Brasil, periodicamente solucionaram crises de superprodução de café. Acordos entre países produtores e consumidores, tentativas de entendimento entre exportadores e até queima de estoques atenuaram os efeitos da grande oferta. Mas, na hora H, foram as geadas no Brasil que se encarregaram de ajustar a produção superdimensionada ao nível efetivo da demanda, provocando, é claro, significativo aumento das cotações.

E desta vez, será a mesma coisa?

É evidente que o produtor que possuir café no armazém ou o que estiver localizado em regiões não atingidas pelas geadas terá muitas oportunidades de realizar ótimos negócios. Calcula-se que, em 1994, as regiões não prejudicadas pelas geadas produzam 10 milhões de sacas de 60kg. Considerando apenas essas regiões, a alta dos preços propiciou aos detentores dos estoques um ganho extra potencial de US$600 milhões a 900 milhões. Esse ganho será bem maior, caso se considere a produção total de 1994, ou o aumento da produtividade, em 1995, que certamente acontecerá nas regiões não prejudicadas pelas geadas em virtude dos melhores tratos culturais viabilizados pelos preços mais remuneradores.

Quem possui café estocado ou áreas produtivas preservadas obviamente está em ótima situação. Aliás, como sempre esteve, em momentos como o de agora. O que não é nada óbvio, porém, é prever o futuro da cafeicultura brasileira após as geadas de 1994, cujos efeitos estão sendo agravados em virtude da seca que atinge o Centro-Sul do país.

Finalmente, o ajuste da oferta

Logo após a suspensão das cláusulas econômicas do Acordo Internacional de Café (AIC), alguns analistas calculavam em dois a três anos o período necessário à normalização do mercado. Foi necessário, porém, um espaço de tempo ainda maior, basicamente porque os principais países exportadores — exceto o Brasil — insistiram além do previsto na estratégia de ampliação de suas fatias de mercado, mesmo à custa de pesados subsídios.

A disputa por espaços de mercado acabou por transferir para os países consumidores, a preços extremamente baixos, parcela expressiva dos estoques oficiais e privados dos países produtores (ver gráfico 1). E, regra antiga do mercado de café, quanto maior a disponibilidade do produto já transferido para os portos consumidores, maior a pressão baixista sobre os preços.

Algumas prefeituras tentaram estimular o plantio de novas áreas. Esbarraram em uma dificuldade de ordem prática: a falta de mudas de café.

Durante o segundo semestre do ano passado, os estoques dos países consumidores finalmente começaram a dar sinais de queda continuada. Essa informação, associada às estatísticas de redução das exportações totais, tornou mais seguras as indicações de que a recuperação dos preços se avizinhava (ver gráfico 2).

Em paralelo, as negociações com vistas à formação da Associação dos Países Produtores de Café (APPC) evoluíam razoavelmente. Por iniciativa de lideranças do segmento, as autoridades governamentais brasileiras finalmente aceitaram dialogar com os representantes dos demais países produtores de forma conseqüente. Em outubro de 1993, entrou em vigor o programa de retenção de parcelas das exportações dos países filiados à APPC. O programa foi implantado de forma precária. Ainda assim o mercado logrou melhoras e, rapidamente,